

**REQUALIFICAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE OS DISCURSOS NO
ORGANIZAR DO ESPAÇO**

CARLOS CÉSAR DE OLIVEIRA LACERDA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

SÉRGIO CARVALHO BENÍCIO DE MELLO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

REQUALIFICAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE OS DISCURSOS NO ORGANIZAR DO ESPAÇO

1. Introdução

O porto Cais Mauá, localizado no espaço geográfico de Porto Alegre, objeto central desse estudo, é um espaço com inúmeras peculiaridades e possui um turismo forte diante do cenário brasileiro. O patrimônio arquitetônico de Porto Alegre bem como suas atividades de turismo demonstra as fases vividas pela cidade. A região central de Porto Alegre em que se localiza o Cais Mauá atualmente é alvo de recuperação pelo poder privado e público para a preservação e ao mesmo tempo, o fomento ao turismo daquela localidade.

O Cais faz parte da história da cidade cujas características especiais o fizeram ser protegido pelos Patrimônios Histórico Nacional e Municipal (PHNM). A importância histórica do Cais Mauá reside no fato de sua construção resultar de um grande esforço conjunto entre o governo e a sociedade gaúcha, que se empenhavam, no início do século XX, para modernizar a capital e incrementar a economia. O Cais Mauá faz parte da história da cidade e a localização do porto é motivo de interesse da iniciativa privada, pois se encontra em local estratégico para atrair turistas (VIEIRA, 2012). Ao longo dos anos o Cais foi perdendo sua função portuária o que gerou a desativação do mesmo.

Em 2010 foi lançado Edital de Concorrência 001/2010, para aprovação das propostas de requalificação do Cais Mauá. O projeto vencedor da concorrência deverá observar e priorizar a acessibilidade, o restauro do patrimônio histórico e a realocação dos prédios públicos atualmente existentes. No final do referido ano (2010) foi assinado um contrato entre a Cais Mauá do Brasil S.A. e o Governo do Estado para a requalificação do Cais, enfatizando que o novo Cais Mauá será um ícone de modernidade para a cidade de Porto Alegre.

Assim, o espaço começa a ser alvo de polêmicas devido à proposta grandiosa de requalificação. Em 2015, o Cais Mauá foi objeto de discussões referentes a esse projeto por grupos que se manifestaram contra o projeto aprovado, ou seja, demonstrando que a requalificação não é uma unanimidade para a população, gerando conflitos no andamento. Para muitos o projeto atual desconsidera a identidade gaúcha.

“Um porto Alegre” como muitos estão chamando essa requalificação, apresenta como objetivos uma modificação para fins empresariais, de turismo, de lazer e cultural. Dessa maneira, o espaço se apresenta como uma verdadeira arena de lutas entre o empreendedor e os grupos que resistem a tal movimentação.

O Cais no futuro seria dividido em 3 etapas: o Setor Gasômetro, o Setor Armazéns e o Setor Docas: 1) Gasômetro – que abarcará as atividades comerciais, como a construção de um shopping a fim de conectar o Rio Guaíba ao centro de compras e a Praça Brigadeiro Sampaio; 2) Setor Armazéns – neste setor encontra-se os bens patrimoniais, que serão utilizados para atividades culturais, gastronômicas, de lazer e educação; 3) Docas – tem como objetivo a implementação de atividades empresariais, como a construção de torres que abrigará um hotel, centro empresarial e estacionamentos.

Diante do exposto, os vários questionamentos começam a emergir no campo discursivo ao discutir um conceito de cidade. Pontos positivos e negativos começam a se entrelaçar como forma de trazer uma cidade relevante para todos os envolvidos. Os questionamentos giram em torno da discussão de um “bom projeto”, entretanto, como ficaria a integração do espaço? Como seria a organização do lugar tendo em vista os vários grupos políticos envolvidos? E a fragmentação socioespacial? Como o gaúcho pode ser representado nesse contexto no que diz respeito às suas tradições? O projeto exclui ao invés de incluir?

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo compreender os discursos sobre a utilização e gestão do espaço público no que diz respeito a projetos de requalificação de centros históricos em uma das maiores metrópoles brasileiras, a cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. A abordagem foi a partir da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, uma teoria pós-estruturalista de matriz pós-marxista que problematiza os discursos, considerando-o como uma prática social. Paralelamente essa discussão também foi apoiada na teoria do Direito à Cidade de Henri Lefebvre e nos estudos sobre a Produção Capitalista do Espaço de David Harvey que discutem a cidade como um organismo vivo.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Requalificação de Centros Históricos e Políticas Públicas

Uma área que merece destaque na discussão desse trabalho são os centros históricos devido sua relevância do contexto das requalificações e entendimento das origens de uma cidade. Essas áreas possuem peculiaridades e individualidades que a tornam diferentes do restante da cidade, como por exemplo, Silva (2002) elenca uma série dessas características: a) localização em região central; b) alto grau de atratividade coletiva; c) preservação da trama urbana e; d) existência de elementos arquitetônicos de valor reconhecido. Para Del Rio (2000) o centro concentra uma carga simbólica representativa de toda uma sociedade urbana e de um modo de produção resultante da evolução das práticas, sociais e culturais específicas a uma cidade. A questão do esvaziamento dos centros históricos já é perceptível nos dias atuais pelo deslocamento de atividades centrais para núcleos tangenciais. De acordo com o autor:

A deterioração dessas áreas centrais – deterioração econômica, física, social e ambiental – corresponde à decadência advinda pelo fato da estrutura existente no local não estar mais satisfazendo ao papel funcional que lhe é exigido pela cidade e, conseqüentemente, às expectativas definidas pelo mercado fundiário (SIMÕES JÚNIOR, 1994, p. 12).

Dessa maneira, a questão da requalificação dos centros históricos nasce como uma alternativa de renovação de equipamentos e infraestruturas sem perder a valorização do espaço público com um carácter mobilizador, acelerador e estratégico, com o objetivo de dar novos usos a espaços que perderam suas funcionalidades. É nesse contexto que as tradições locais, o patrimônio e a cultura tem sido discutidos como meramente uma mercadoria no processo de requalificação (BOTELHO, 2005).

A importância dos centros históricos reside no fato do início da cidade e de onde ela partiu para os seus espaços circundantes, a partir das somas de identidades. Com o passar dos anos esses espaços são deixados de lado, trazendo esquecimento e uma vulnerabilidade a violência urbana, entretanto a dimensão cultural por meio de práticas sociais continuam a fazer parte de um significado ligado a origem da cidade.

A discussão em torno da requalificação de ambientes históricos se esbarra com uma problemática relacionada a inovação e a preservação cultural do espaço, esse entrave tem levado muitas discussões e modelos de requalificação pautados em um empreendedorismo urbano, ou seja, na construção de modelos onde a cidade é vendida como mercadoria, e conseqüentemente a cultura também passa por esse processo.

Nesse sentido, a requalificação abrange o restauro ou conservação dos imóveis, a que alguns chamam de reabilitação física, e a dinamização do tecido econômico e social, chamada revitalização funcional (CUNHA, 1999). Isso significa que o físico e o funcional (conservação das suas características funcionais e o aumento da sua capacidade de atração, quer para as pessoas que lá habitam, quer para o exercício de atividades econômicas e sociais compatíveis

com a residência) se complementam. De acordo com Vaz e Silveira (1999) as intervenções devem conter: I) Humanização dos espaços coletivos produzidos; II) Valorização dos marcos simbólicos e históricos existentes; III) Incremento dos usos de lazer; IV) Preocupação com aspectos ecológicos; V) Participação da comunidade na concepção e implantação.

O campo do Direito discute a importância de assegurar as condições mínimas na população de baixa renda que vive nos arredores desses centros históricos, bem como o impacto das modificações no cotidiano da sociedade. Nesse contexto, surge o discurso da gentrificação que se apresenta como uma das grandes problemáticas nesse debate e que altera de forma profunda o cotidiano, através das práticas culturais e sociais de certa comunidade e questiona políticas de assistência pública, discutindo problemáticas inerentes a utilização do espaço urbano. Além do Direito à moradia que se configura como um discurso que traduz o direito de permanecer na área que dependendo do contexto esse direito é assegurado.

O campo da Arquitetura se debruça na discussão em torno da preservação do patrimônio histórico e cultural das obras e sua importância para o contexto local. Arantes, Maricato e Vainer (2000) enfatizam que a utilização da imagem tem sido componente central nos projetos de requalificação que usam os aspectos arquitetônicos para recriar os cenários nessa realidade, ou seja, esse campo do saber se envolve com a criação de planos e projetos para reconstruir o local, resgatando a memória na paisagem. Dessa forma, têm produzido intervenções com o objetivo de gerar um certo grau de competitividade e valorização as cidades.

No que diz respeito ao discurso da Administração Pública, a requalificação se debruça na gestão de políticas públicas por meio de avaliação de políticas de requalificação urbana a fim de comportar uma nova eficiência e um novo sentido, visando melhoria no espaço através de um planejamento urbano. Sobre essa temática, existem cidades que se desenvolveram, mas não se preocuparam com um planejamento e assim, causam problemas na utilização de determinadas áreas, bem como o abandono de outras. Com o abandono dessas áreas centrais, surgem as políticas que visam reverter esse quadro, valorizando aspectos contidos naquela realidade. Esse processo já foi observado nas realidades da Europa, da América do Norte e no Brasil. Vargas e Castilho (2009) desenvolveram uma série de estudos e experiências contextualizando as requalificações em centros históricos.

A gestão de políticas nos centros históricos se apresenta como um desafio a chamada conservação integrada (CI). Esse tipo de conservação une ações que buscam a conservação do patrimônio, priorizando a função social e cultural da área na intervenção para que não se altere de forma enfática o cotidiano daqueles envolvidos no local. Entretanto, esse tipo de política se mostra como uma provocação diante da articulação dos diversos atores políticos em torno de projetos que integre os interesses coletivos sem sobressair os individuais.

Por política pública entende-se um aglomerado de ideias sobre um determinado problema (no caso, requalificação de centros históricos) vinculado a determinação legal, mas que não garante execução e além de tudo existe a avaliação que muitas vezes ignora aspectos relevantes para o desenvolvimento em relação a continuidade da política. Nesse caso, seria interessante observar aspectos democráticos e participação cidadã na elaboração dessas políticas públicas a fim de integrar interesses da sociedade com os demais.

2.2. A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe: Conceitos e Categorias

A Teoria do Discurso é uma teoria política que problematiza os sujeitos a partir das vozes (discurso). Entendamos aqui que as vozes não são somente as falas, mas envolve uma ampla gama de linguagens indo muito mais além, que desvelam significados em torno dos acontecimentos, ou seja, o discurso nessa perspectiva, precisa ser entendido como um sistema de significados contingentes inerentes as estruturas sociais (CORDEIRO; MELLO, 2010; FOUCAULT, 1996).

Os analistas do discurso Ernesto Laclau com a colaboração de Chantal Mouffe na Escola de Essex (Inglaterra) desenvolveram a teoria a partir da obra clássica *Hegemony and Socialist Strategy – Towards a Radical Democratic Politics* publicada em 1985. Essa abordagem é de fundamento pós-estruturalista, pois tiveram pensadores como Lacan e Derridá, numa releitura do conceito sobre hegemonia de Gramsci. Para Barcelos e Dellagnelo (2012) a TD pesquisa a forma como as práticas sociais se articulam nos discursos que fazem parte da realidade social, pois essas práticas são aceitáveis à medida que os significados são contingentes. Para compreender a Teoria do Discurso faz-se necessário discutir alguns conceitos e categorias analíticas inerentes a teoria.

A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe é baseada em diversas abordagens filosóficas com o objetivo de discutir conceitos centrais coerentes e complexos que dão subsídio a todos as categorias analíticas apresentadas por eles. Para isso, os autores estabeleceram três conceitos-chave de sua teoria que são: discurso, a noção de hegemonia e antagonismo social. O **discurso** é um conjunto de elementos dados a partir de uma série de relações, compreendido pelas possibilidades de polissemia dos significantes (LACLAU, 2011). A **hegemonia** significa a dominação em que um certo grupo é subjugado a outro onde passa a ser controlado pelas suas ideologias. Assim, compreende-se que não existe a busca pela hegemonia sem uma luta (MENDONÇA, 2007). Em relação ao conceito de **antagonismo social**, na leitura de Laclau e Mouffe (2015) a presença do “outro” previne que eu seja totalmente eu.

Além desses três conceitos centrais, a TD aborda algumas categorias analíticas que são necessários para compreender a estrutura que está imerso nos discursos. **Articulação** pode ser definida como “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que sua identidade seja modificada como um resultado de prática articulatória” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 178).

Inseridos nessa articulação estão alguns conceitos que fazem parte da discussão em relação à teoria do discurso (elemento, momento e ponto nodal). Os **momentos** dizem respeito às posições diferenciais que são articuladas em um discurso, já os **elementos** são as diferenças que não se apresentam discursivamente de forma articulada, justamente por seu caráter flutuante (SILVA, BATISTA e MELLO, 2014). Os **pontos nodais**, para a Teoria do Discurso, representam uma junção de momentos, fruto de articulações entre elementos, que inseridos no discurso geram assimilações a novas identidades capazes de gerar mudanças nas práticas discursivas. Assim, pode-se dizer que é o próprio sentido da prática articulatória (MENDONÇA, 2010; LACLAU; MOUFFE, 2015).

Esses pontos nodais são discutidos na visão de Laclau e Mouffe (2015) com outro conceito aqui apresentado: os **significantes vazios**. “Um significante vazio, é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado” (LACLAU, 2011, p. 67). Ou seja, eles não possuem um significado estável e são capazes de se adequar de acordo com as demandas dos diferentes sujeitos políticos. Já os **significantes flutuantes** possuem a característica de serem emergentes, ou seja, são os sentidos não articulados e por esse motivo são objetos de disputas políticas (SILVA, BATISTA e MELLO, 2014).

Outros dois conceitos abordados na Teoria do Discurso é o de **cadeias de equivalência e diferença**. Na visão de Laclau e Mouffe (2015), a equivalência é através da lógica de simplificação do espaço político que expande o polo pragmático, assim, reduzindo o número de possíveis posições do sujeito. Na diferença, se representa uma lógica que expande o polo sintagmático, levando a um aumento da diversidade da posição do sujeito.

2.3. O Direito à Cidade e a Produção Capitalista do Espaço

Lefebvre (2008) observa a cidade como o laboratório do homem. Para o autor, antes era a terra a centralidade desse laboratório e só depois a cidade tomou esse lugar. Dessa forma, a

problemática urbana surge como uma ideologia e prática e o ponto de partida para a discussão seria a industrialização e a urbanização. É a partir desse contexto, que é feito um paralelo entre as classes dominantes e as classes operárias, onde no tecido urbano surge uma desordem na cidade, com a compreensão de que a classe operária seja expulsa do centro, diminuindo o conceito de “habitar”.

Nesse caso, a cidade é discutida sob a ótica de uma grande rede tecnicamente socialmente e politicamente, onde o capital e o Estado estabelecem suas relações. O núcleo urbano é apontado como um produto de consumo, assumindo um “duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar” (LEFEBVRE, 2008, p. 20). É nesse mesmo sentido que Harvey (2005) apresenta as contradições do modo capitalista de produção nas relações de classe em comparação ao socialismo. Assim, o modo de produção do espaço começa a ser compreendido por meio das várias demandas inerentes ao mesmo, que é caracterizado por sua transformação (GOMES, 1990).

A filosofia surge como um meio de compreensão nos estudos sobre a cidade arcaica grego ou romana, discutindo a oposição entre o valor de uso (a cidade e a vida urbana; o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços compridos e vendidos; o consumo dos produtos; dos bens; dos lugares e dos signos) – valor de uso X valor de troca. Assim, para Lefebvre (2008) a filosofia nasce da cidade com a divisão do trabalho permitindo a construção do Direito à Cidade como um projeto norteador de uma sociedade urbana (FIORAVANTI, 2013).

O urbanismo por meio da venda de mercadoria é uma temática expressiva nos estudos de Lefebvre (2008) e Harvey (2005). Para o primeiro autor, o urbanismo, nesse caso, concebe a cidade para o mercado, visando o valor de troca apenas, o lucro. Dessa forma, não se vende moradia e sim um estilo novo de residir por meio de uma cidade feliz, segura e longe da desordem. Ainda para Lefebvre (2008) a cidade contemporânea está nas condições de arquitetos formais e administradores estratégicos, o que para ele é uma problemática, pois traz tipologias urbanas excludentes.

É quando o autor discute as ciências (história, economia, demografia, arquitetura e sociologia) que surgem para analisar as cidades, que para ele é de forma fragmentada, a não ser a filosofia que fazia sua contribuição de forma mais totalizada, assim como também os estudos de Carlos (2016) sobre a produção do espaço urbano que coloca a filosofia como uma condição para a compreensão do mundo. Entretanto, ainda se questiona: “É possível tirar das ciências parcelares uma ciência da cidade?” (LEFEBVRE, 2008, p. 40). Para o autor, somente a partir de uma *práxis*. Fica a reflexão.

Por essa compreensão, a cidade emite e recebe mensagens. Numa análise semiológica, existe a fala da cidade, a língua da cidade, a linguagem urbana e a escrita da cidade, onde os signos são gerados e compartilhados, trazendo a produção e consumo desses signos na cidade. É nesse contexto que Gehl (2013) apresenta uma discussão sobre as cidades vivas que são aquelas em que as pessoas conseguem interagir umas com as outras em um sistema de sociabilidade, com algo grau de experiências.

Dessa forma, o Direito à Cidade se apresenta como o próprio direito à vida. A cidadania integral de forma totalizante a todos os habitantes é reivindicada todo o tempo como forma de expressar um direito aos cidadãos, fazendo emergir a humanização como uma necessidade do direito à liberdade. Esses direitos se configuram como o direito de uso, ou seja, o direito à cidade se sobrepondo ao de troca e da mercadoria. Em outras palavras, o espaço urbano é produzido pelo homem a partir da forma que ele o percebe (experimenta), o concebe (pensa sobre) e o vive (age) (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2005).

Nessa análise, um Cais Mauá só funcionaria se essas três dimensões puderem ser atendidas de forma global: perceber no sentido sensorial, conceber no sentido de participar/planejar/ter voz e viver no sentido de fazer parte/vivência. Assim, para o autor, a revolução e a luta têm que ser urbana através do resgate histórico, cultural e político. Nesse

caso, a cidade é um discurso e o discurso é uma linguagem, ou seja, uma comunicação e assim, a cidade se faz através de práticas sociais (HARVEY, 2013).

Harvey (2005) faz também uma análise desse espaço numa relação entre o Estado e o próprio capitalismo, trazendo contribuições para uma análise espacial. No caso do fenômeno estudado no Porto Cais Mauá, é discutido o papel do governo muito mais com um perfil empreendedor, ou seja, a posição de um Estado empreendedor por meio de um empreendedorismo urbano, tratando da possibilidade de se transformar em renda, qualquer forma de serviço ou mercadoria para o capital financeiro. Para Harvey (2005) é nesse espaço urbano que o Estado interfere nas formas de relações, onde a maioria das classes é oprimida pela hegemonia.

A “modernização” concebida no projeto de um “porto alegre” é vista nas contribuições desses autores. Harvey (2005) chama atenção para este tipo de modernização, pois salienta que o processo de feitura da cidade, no capitalismo tardio, é tanto produto quanto condição dos processos de transformação da governança urbana, ou seja, de acordo com o autor a atividade é mostrada como espetáculo para aqueles que estão excluídos dela e se legitima configurando um novo imaginário de integração e memória.

3. Aspectos Metodológicos

Esse trabalho assume uma posição crítica de corrente pós-estruturalista e matriz pós-marxista sob uma abordagem qualitativa. A metodologia qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, método e análise dos dados. Baseiam-se em dados de textos, entrevistas e imagens é fundamentalmente interpretativo e permite ao pesquisador ter uma visão do fenômeno (CRESWELL, 2010). Diante disso, o trabalho assume uma visão não positivista, entendendo o discurso como uma prática social a partir de um processo de articulações.

A Teoria do Discurso abrange um conjunto de etapas que norteiam as análises. Glynos e Howarth (2007), também teóricos do discurso, desenvolveram algumas orientações de metodologia a partir do método da lógica da explanação crítica em sua obra *Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory* (2007). Dessa forma, este trabalho utilizou o método, uma vez que está alinhando a Teoria do Discurso.

Howarth *et al.* (2016) apresentam que a lógica da explanação crítica se divide em cinco passos relevantes: problematização, retrodução, lógicas, articulação e crítica. Entretanto, pode-se considerar que estão aglutinados em três grandes momentos, onde a problematização é responsável pelo primeiro momento, a retrodução juntamente com as lógicas e a articulação são responsáveis pelo segundo momento, formando os ciclos retrodutivos e por fim, o momento da crítica que é formado pela justificação e persuasão.

Momento 1 – Problematização: A problematização possibilita alguns questionamentos a partir da construção e interpretação do fenômeno estudado para assim, expandir o campo discursivo, envolvendo todo o fenômeno empírico. Momento 2 – Retrodução, Lógicas e Articulação: A explicação retrodutiva seria a compreensão do fenômeno por meio de ciclos retrodutivos, reinterpretando as observações levantadas na problematização.

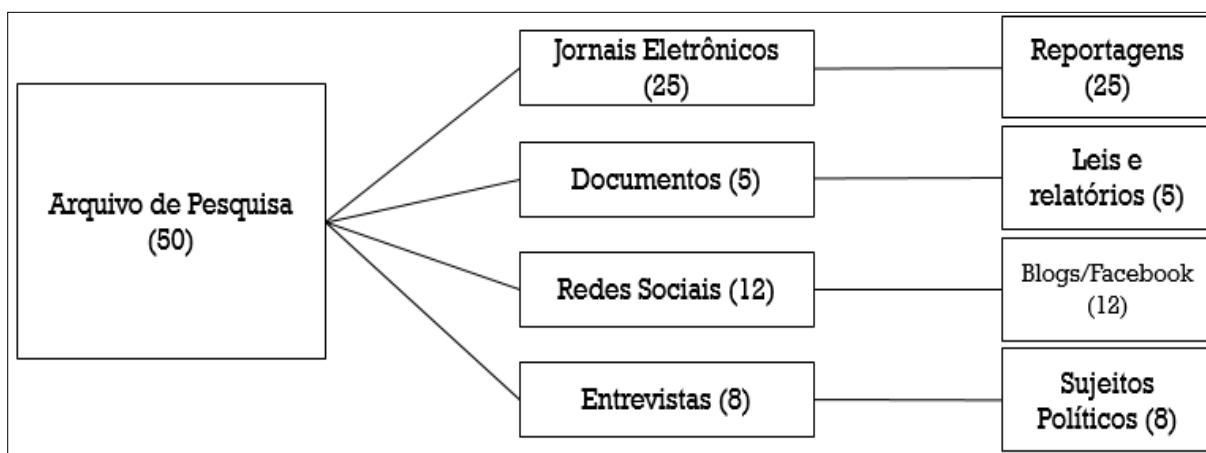
Glynos e Howarth (2007) discute as práticas sociais a partir de três lógicas: a lógica social, a lógica política e a lógica fantasmática. A **lógica social** responde a questão “o que?” e se pauta em caracterizar as práticas definindo as regras e normas através das estratégias de normatização. A **lógica política** responde a questão do “como?” que conta com a emergência histórica por meio da formação da prática se debruçando sobre os conflitos que foram o pano de fundo da constituição e a **lógica fantasmática** responde a questão “por quê?” e se debruça em entender a forma como os sujeitos são unidos a prática. Sobre a articulação é relevante

articular esses vários tipos de lógicas, conectando a pluralidade de modo a considerar o fenômeno problematizado (GLYNOS *et al.*, 2015).

Momento 3 – Crítica: A persuasão e intervenção (explanação) é o momento conclusivo do trabalho, onde a teoria é mencionada e se traz uma argumentação a partir dos achados para convencer e propor intervenções numa literatura engajada (OLIVEIRA *et al.*, 2013). O método é uma abordagem antipositivista, pois os discursos não são fixos e abordam problemas de pesquisa de natureza política e social (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

No que diz respeito ao *corpus* de pesquisa, ele foi construído a partir das posições dos sujeitos políticos. Depois de uma pesquisa cuidadosa, foi montado o *corpus* contendo 50 arquivos, sendo entrevistas, reportagens, documentos e redes sociais (Figura 01). O *corpus* foi construído por dados coletados por meio de três grandes técnicas: observação participante, entrevistas e dados documentais (Quadro 01).

Figura 01: Composição do *corpus* de pesquisa



Fonte: Elaboração dos autores (2018).

Quadro 01: Técnicas Utilizadas na Pesquisa

TÉCNICA	DESCRIÇÃO
Observação Participante	A observação foi realizada por meio de visitas ao local onde está localizado o Cais Mauá. O pesquisador fez anotações de campo, registro fotográfico e participou de passeios no objeto de estudo na intenção de saber se aquele lugar seria desprovido de historicidade, além de identificar a percepção dos frequentadores do ambiente, resultando as práticas relativas a sociedade civil. Nesse sentido, foi realizado um passeio de barco no Cais, ainda o único meio de acesso, uma vez que o mesmo está fechado ao público.
Entrevistas	Foram realizadas entrevistas com integrantes da sociedade civil organizada: movimentos de resistências como Cais Mauá de Todos e Minha Porto Alegre; representantes da Associação dos Moradores do Centro Histórico; Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural; Associação dos Geógrafos de Porto Alegre e alguns representantes do Estado.
Documentos	Foram levantados leis, ações judiciais, notícias e relatórios sobre a polêmica no Cais Mauá.

Fonte: Elaboração dos autores (2018).

Para apoiar as análises, foi utilizado o Software NVivo para codificar as informações e organizar os dados do arquivo. Após as codificações foram criados nós e sub-nós para facilitar a apresentação dos resultados. O trabalho de análise se iniciou logo após a organização do *corpus* de pesquisa, onde os itens foram cautelosamente lidos e analisados. No que diz respeito

às entrevistas, os entrevistados foram pessoas ligadas aos movimentos de resistência e que possuíam importância no mesmo, conforme exposto no quadro 02 a seguir.

Quadro 02: Lista dos Entrevistados

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS
Entrevistado 01	Co-fundadora do movimento “Minha Porto Alegre” e participante do movimento “Cais Mauá de Todos”.
Entrevistado 02	Assessoria jurídica do movimento “Cais Mauá de Todos”.
Entrevistado 03	Atuante da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN
Entrevistado 04	Integrante da Associação dos Geógrafos do Brasil – AGB e participante do movimento “Cais Mauá de Todos”.
Entrevistado 05	Participante do movimento “Cais Mauá de Todos” e vereador.
Entrevistado 06	Presidente da Associação de Moradores do Centro Histórico.
Entrevistado 07	Participante do movimento “Cais Mauá de Todos” e deputado estadual.
Entrevistado 08	Moradora do bairro do Centro Histórico.

Fonte: Elaboração dos autores (2018).

A forma de acesso foi por acessibilidade, onde o pesquisador agendou as entrevistas e coletou na cidade de Porto Alegre. As entrevistas tiveram duração em média de 40 minutos, foram transcritas na íntegra pelo pesquisador e logo importadas para o software Nvivo, onde foram decodificadas e analisadas.

4. Apresentação dos Resultados e Discussões

Os resultados se pautam em uma discussão sobre a utilização do espaço em favorecimento do capital, ou seja, os movimentos de resistência exaltam um discurso enfatizando que o atual projeto de requalificação do Cais Mauá é um projeto elitizado, que beneficia um certo grupo específico. Para ilustrar essa questão foi interessante construir a argumentação baseada em um binarismo do popular *versus* a elite, ou o rico *versus* o pobre. Nas análises foram identificados três nós de discursos nessa problemática em relação a elitização do espaço e gentrificação, considerando a lógica da retrodução (Quadro 03).

Quadro 03: Identificação dos Nós

Nó	Descrição
1	Enfatizar que a requalificação do Cais Mauá é um projeto elitista e irá causar um processo de gentrificação.
2	Questionar que os hábitos e a história gaúcha não foram levados em consideração na requalificação.
3	Denunciar a imprudência do poder público e da iniciativa privada em relação a requalificação do Cais Mauá.

Fonte: Extraído do Nvivo (2018).

Em relação ao nó: *enfatizar que a requalificação do Cais Mauá é um projeto elitista e irá causar um processo de gentrificação* foi observado que esse discurso tem um peso muito forte e todo o tempo estava sendo significado e debatido pela resistência. As mídias sociais foram um canal importante para propagar esse micro discurso, além de que nas entrevistas, todos os participantes iniciavam suas falas demonstrando a insatisfação de requalificar uma área e trazer exclusão por meio de elitização. Trechos das entrevistas indicam esse discurso a seguir.

(...) o poder público garante privilégios para um certo grupo entendeu? Quando a gente vê um projeto dessa dimensão e tanta dedicação do poder público para esse projeto em específico, a gente questiona: é isso mesmo que a cidade precisa? É colocar a cidade num mero plano de negócios, existe uma demanda por mega investimentos na cidade num circuito mundial (Entrevistado 04).

(...) apesar de não ter, uma catraca, uma cobrança para entrar, mas a forma como ele está estruturado acaba restringindo o tipo de pessoas que vão compartilhar esse espaço que é do povo (Entrevistado 05).

Isto é aceito como “requalificação do Cais”? Ou requalificação prevê somente a elitização do público que terá acesso aquele ambiente, exigindo apropriação privada do espaço? (Entrevistado 03).

Como pode ser observado, as falas indicam a revolta diante desse projeto de requalificação. Os argumentos eram os mesmos: elitização, segregação e gentrificação, cada um com seu ponto de vista. Os grupos se mostravam favoráveis a uma requalificação, mas que não fosse da forma como estava sendo gerenciada. Eles têm consciência que o Cais precisa ser reativado, mas com atividades culturais e lúdicas, onde a população não se sinta excluída e sim incluída em todo o processo. Outra questão muito observada nos discursos foi sobre a sobrevivência do comércio próximo ao Cais, no centro histórico.

(...), mas competindo inclusive com atividades que estão instaladas no centro e que hoje já enfrentam muitas dificuldades de viabilização (Entrevistado 02).

(...) bem a nossa hotelaria do centro histórico na melhor das hipóteses ela consegue 50% de ocupação nos grandes eventos, aí tu colocas um edifício de hotel com 80 metros de altura na frente do pôr do sol, então uma concorrência desleal e massacradora, muito injusta e pior, numa área pública. Tu pega uma área pública e entrega de mãos beijadas para um particular pra fazer uma concorrência que é desleal (Entrevistado 06).

(...) o que sobra pra gente no miolo do centro? Comércio rebaixado, pastelaria, farmácia, é o que sobra, então o centro que já é sucateado, vai ficar ainda mais deixando sem perspectiva aquele que não conseguiu migrar pra lá (Entrevistado 01).

Parece que existem várias demandas em busca de significados nessa requalificação do Cais Mauá, entretanto, a crítica que se faz é como aliar as demandas, fazendo com que a sociedade seja a única beneficiada? Muitas das vezes os discursos se polarizavam em uma lógica de um contra o outro, onde a sociedade ficava nesse embate, muitas vezes sem ser ouvida. Quando questionados sobre os possíveis benefícios que esse projeto vai trazer a população as respostas foram:

Se tem benefícios? Sim, um pequeno benefício e uma extrema exclusão, então questiona-se: benefício mesmo? Se tivesse somente esse projeto, não tem nenhuma outra alternativa, ah não então tá, é melhor o uso do que o desuso, mas não é o caso (Entrevistado 05).

O único benefício seria o reencontro da população com seu rio e com a beleza do lugar. Mas até isso pode ser questionável, já que se tem dúvidas quanto ao livre acesso ao Cais Mauá (Entrevistado 02).

O hotel de luxo, o estacionamento para milhares de veículos e o shopping não trará benefícios para a população da cidade. Já temos disso tudo, em excesso, inclusive (Entrevistado 03).

Em relação ao discurso *questionar que os hábitos e a história gaúcha não foram levados em consideração na requalificação* foi percebido que esse argumento está na maioria das falas dos entrevistados, demonstrando o descontentamento dessa obra que pretende gerar vida no centro histórico da cidade, mas que não carrega atividades lúdicas e que exclui a identidade gaúcha. Por esse motivo, não foi percebido algum **deslocamento** no discurso da resistência para esse momento. Trechos das entrevistas evidenciam esse discurso.

(...) é um projeto que descaracteriza a cidade, Porto Alegre tem o nome de Porto Alegre atribuído a esse Porto Cais Mauá né, o cartão postal da cidade, o mais famoso deles é onde aparece o Cais, aparece todo o porto, parte do centro, aparece a cúpula da catedral, aparece a cúpula da igreja das dores, a chaminé da usina no canto, então é uma paisagem que de fato retrata a cidade, imagina como ficará essa imagem depois dessa requalificação? Não é essa imagem que reflete o nosso dia-a-dia, o jeito de ser gaúcho. A cidade nunca mais vai ser a mesma, essa fotografia não vai mais existir, rasguem! (Entrevistado 06).

(...) a forma como está estruturado os armazéns têm toda uma simbologia que faz parte do dia-a-dia da forma de viver do gaúcho né, existem inúmeros cartões postais da cidade, então tem até uma simulação na rede mostrando quão horrível ficaria um shopping alí né, sem o mínimo de cuidado com as enchentes, por exemplo, assim tu tens inúmeros problemas né, além das torres e o estacionamento então é isso, acabando com a história de Porto Alegre que nasceu alí (Entrevistado 05).

Percebe-se que as falas dos entrevistados orbitam no campo discursivo na tentativa de gerar um significado para a população de Porto Alegre. O gaúcho parece se preocupar bastante com sua identidade e por isso resiste dessa forma. Entretanto, se o projeto de requalificação no porto contradiz com a identidade gaúcha, qual seria um projeto alternativo que retratasse esse tipo de demanda? Como o gaúcho precisa ser significado nesse espaço público? Como os hábitos gaúchos não se sustentam no projeto atual? E como o antigo Cais representa o gaúcho que não é resgatado no novo Cais? Nesse caso, a identidade é do lugar. Mais uma vez fica a reflexão.

O último nó que sustenta esse discurso é de uma gestão arbitrária, onde o discurso dos movimentos de resistência, enfatizavam como o gerenciamento na requalificação estava sendo omissa em vários aspectos. O nó identificado é: *denunciar a imprudência do poder público e da iniciativa privada em relação a requalificação do Cais Mauá* e sobre ele foi realizado as devidas inferências a seguir.

Os **momentos** e as **articulações** na contra hegemonia procuram criar **pontos nodais** com significados de resistência e lutam pela hegemonia com a intenção de mostrar ações que desarticule o discurso hegemônico, pautados em dois grandes pontos: I) Tentativas de desarticulação no apontamento das irregularidades do consórcio; e II) Índícios de propostas alternativas para uma nova requalificação.

I. Tentativas de desarticulação no apontamento das irregularidades do consórcio

Cerca de 50 ativistas participaram, no fim da tarde deste sábado, de um abraço simbólico ao Cais Mauá para reforçar as críticas que vem sendo feitas ao projeto de revitalização da área, que prevê a construção de prédios comerciais, shopping e hotel na beira do Rio Guaíba. (Nome da Matéria: Abraço ao Cais Mauá reúne 50 pessoas no centro de Porto Alegre. Fonte: Jornal JÁ. Publicado em 07/05/2016).

Os conceitos de elitização e empresariamento estão sempre circulando nas estruturas discursivas dos sujeitos envolvidos na contra hegemonia. Na obra de Laclau, o sujeito resiste e interage nos processos que constituem as relações sociais, e dentro desse movimento articula-se e transforma-se, criando novas formas de ver o mundo (LACLAU & MOUFFE, 2015). Laclau menciona que o sujeito resiste e se articula nos procedimentos que compõem as relações sociais, e dentro desse movimento articula-se e transforma-se, criando novas formas de ver o mundo (SANTOS & MELLO, 2014).

A análise do discurso dos que estão a favor do projeto atual de requalificação se apresenta como um articular em favor do sentido de que a requalificação é relevante para o progresso da cidade. Como está sendo observado, esse discurso disputa espaço com aqueles que são contra o projeto da maneira que está sendo imposta, sem levar em consideração o “sentir” da cidade

(LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2005). Nesse sentido, esses diálogos são como práticas articulatórias que pretendem fixar sentidos em torno do Cais. A seguir os trechos das entrevistas apresentam a tentativa de desarticulação do discurso hegemônico no apontamento das irregularidades na gestão da requalificação.

(...) existem vários inquéritos no Ministério Público Estadual, relato de irregularidades por parte do tribunal de Contas do Estado e até mesmo uma investigação da Polícia Federal sobre uma das empresas do consórcio e o plano diretor da cidade não está sendo levado em consideração (Entrevistado 02).

Enfim, esse projeto é muito medíocre, do ponto de vista inclusive de um empreendimento. Ele é muito mal concebido porque ele não resolve o conjunto das variáveis necessárias sequer para o empreendimento proposto, como que tu propõe construir torres para uso comercial em lugares que alagam né, alguém vai ter um escritório que ele vai ter que chegar eventualmente de barco? Como será isso? Isso não foi pensado (Entrevistado 07).

Também tem essa questão, a partir do momento que tu cria um enorme estacionamento, tu cria um polo gerador de tráfego, bom alí tem a avenida mauá que é altamente congestionada, então tu vai incentivar que mais pessoas frequentem o espaço agredindo ainda mais o trânsito que não comporta um aumento do fluxo de carros prejudicando a mobilidade e todo o sistema de trânsito (Entrevistado 05).

Essa questão das enchentes é um problema grande na cidade de Porto Alegre. Várias medidas já foram realizadas na tentativa de solucionar essa questão, entretanto, tudo indica que os grandes empreendimentos projetados na requalificação não possuirão capacidades para enfrentar esse problema típico do Cais Mauá.

Observa-se que os vários argumentos fortalecem o discurso sobre gestão arbitrária e a questão que denuncia a omissão do poder público e da iniciativa privada. Em oposição a iniciativa privada e o poder público respondem as provocações realizadas pelos movimentos de resistência evidenciando assim, a forma “limpa” como o processo está ocorrendo. Um discurso tenta aniquilar o outro e não existe uma convergência de ideias, a existência do outro impede que eu seja eu mesmo, se tornando um puro antagonismo.

Já está disponível para consulta o relatório do grupo de trabalho (GT) coordenado pela Secretaria Estadual de Transportes que isenta o empreendedor do Cais Mauá das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Ocorre um dia depois que movimentos contrários ao modelo proposto para a revitalização anunciaram que ingressarão novamente na Justiça para tentar barrar as construções. (Nome da Matéria: Estado publica relatório que isenta consórcio de irregularidades no Cais Mauá. Fonte: Jornal JÁ. Publicado em 15/03/2016).

O processo articulatório é observado nas reportagens apresentadas identificados como **momentos** a partir da teoria do discurso de Laclau e Mouffe. O que se infere de forma geral é o alto grau de **articulação** dentro do discurso contra hegemônico. Dessa forma, essa **cadeia de equivalência** compartilha de muitos significados comuns, o que os torna politicamente fortes.

O “progresso” e uma “cidade para todos” surge no discurso hegemônico, mas esse tipo de progresso traz também consigo exclusão, concentração de renda, e subdesenvolvimento, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais (SANTOS & MELLO, 2014; CORDEIRO & MELLO, 2013), como foi observado nas falas dos entrevistados.

Foi possível observar que a requalificação está longe de ser consenso entre a população, se configurando como um campo de conflito por meio de interesses individuais, problematizando o conceito de democracia.

II. Indícios de propostas alternativas para uma nova requalificação

Nessa disputa ainda existem os manifestantes que apresentam propostas alternativas e/ou pressionam por um novo projeto como forma de gerar significado para uma parte da população que não é contemplada na postura hegemônica.

No próximo sábado o Coletivo Cais Mauá de Todos formado por porto alegrenses descontentes com a concessão do antigo porto da Capital à iniciativa privada, apresentará um projeto de intervenção arquitetônica e urbanística alternativo ao proposto pelo consórcio vencedor da licitação. (Nome da Matéria: Ativistas propõem projeto alternativo para o Cais Mauá. Fonte: Jornal Já – Porto Alegre. Publicado em 15/12/2015).

Como forma de fazer ativa sua voz, a contra hegemonia cria indícios de propostas, trazendo projetos complementares que visam à participação e a transparência. Ainda vale salientar a contribuição das redes sociais nesse debate.

Movimentos como “Cais Mauá de Todos” #OcupaCaisMauá e “A cidade que queremos” são atuantes de forma fervorosa nas redes, mantendo os internautas atualizados sobre o andamento das manifestações. Esses três grupos são articulados de tal forma que compõem uma só cadeia de equivalência, colocando suas estratégias em constante articulação com os objetivos comuns. A seguir um trecho da entrevista que demonstra como seria um Cais Mauá para todos.

Outra coisa que deveria ta pensada, nós temos uma tradição em Porto Alegre do artista de rua, do pintor de rua, o artesão, isso é uma tradição da cidade e eles são pessoas que não tem um espaço né pra produzir, para armazenar suas coisas, vivem de forma humilde em casebres, espalhados pelos bairros e arredores até na região metropolitana, enchem suas pesadas malas e vem até o centro pra poder comercializar sua arte né, então um espaço pra isso que se chama de economia criativa sabe, seria fundamental. A questão do livro, o acesso a informática (...) gente é tanta coisa de interesse social que poderia ser utilizado (...) (Entrevistado 06).

Apesar da articulação na contra hegemonia, ainda é possível observar algumas individualidades, deixando transparecer as diferenças. Alguns intelectuais, a classe dos arquitetos e parte da população muitas vezes parecem apáticos no momento de fazer valer seu discurso. Dessa forma, a falta da **cadeia de equivalência** aparece como uma **cadeia de diferença** que muitas vezes desarticula o significado de “preservação cultural, ambiental e identitária”, desocupando suas posições na geração de significado para o significante vazio. Entretanto, ainda se pode inferir nas análises que existiu uma medida tímida de articular o significado em torno do **ponto nodal**. A seguir um trecho da entrevista que demonstra a cadeia de diferença, onde muitas vezes o discurso dos movimentos de resistência que “protege” a sociedade, não é vivenciada pela mesma.

(...) acredito que esse projeto vai melhorar muita coisa aqui no centro histórico. As ruas a noite são perigosas, então tu revitalizando iria trazer as pessoas de outros lugares para desfrutar né, do espaço e se ninguém ta alí o espaço fica abandonado, então é melhor que o povo habite, e assim, mais opções de restaurante e mais espaços de lazer. Isso falta muito na cidade e vai mudar a ideia de centro abandonado e perigoso, vamos povoar mais o centro, então é isso, estou ansiosa por esse progresso que eles tanto falam (Entrevistado 08).

Essa fala evidencia as várias demandas para o Cais Mauá, onde parte da população quer a requalificação do jeito que está sendo proposta e várias outras camadas assumem outras posições. Entretanto, as críticas se dão nos argumentos dos grupos contrários a requalificação, onde muitas vezes utiliza o povo sem ao menos saber sua opinião, favorecendo uma camada

social em detrimento de outra. Já na entrevista com o líder comunitário do centro histórico, ele assume a posição de enfatizar o que a população queria.

(...) o que a comunidade queria? Árvore e passarinho. Ou seja, acho que assim eu defino da melhor maneira, o que a comunidade queria: era a natureza pra poder aproveitar, certo? Um lazer barato, acessível no fim de semana, onde a comunidade se encontra, toma seu chimarrão, come seu amendoim né, as crianças que batem uma bola, os adultos conversam, passeiam, os idosos caminham harmoniosamente com tudo que está ali, é o convívio das pessoas né, comunitário, isso que é nosso dia-a-dia, o cotidiano das pessoas que vivem no centro histórico (Entrevistado 06).

Percebe-se o descontentamento dessa camada da sociedade e a denúncia em relação ao uso daquele espaço no Cais Mauá. Compreende-se que as disputas pelos sentidos que incidem no campo social se apresentam como arenas discursivas antagônicas em torno da requalificação do Cais Mauá. Esses antagonismos e as resistências fazem parte do discurso em torno do Cais e são relevantes na teoria de Laclau e Mouffe, onde o autor considera como campo de discursividade. A relação antagônica se estabelece na medida em que a presença do ‘outro’ não permite que o ‘eu’ seja completamente ‘eu’.

Percebe-se também um **deslocamento** no que diz respeito ao terceiro ciclo retrodutivo com significados ligados a identidade gaúcha. Nesse momento, o significado se desloca para a questão da elitização do espaço, ou seja, o que antes se pautava em propagar um discurso de que a requalificação do Cais Mauá contradiz com a identidade gaúcha, agora parece enfatizar mais um discurso binário entre o popular e a elite no uso daquele espaço.

Diante do exposto, retoma-se as lógicas do discurso: uma **lógica social** se pauta em um espaço compartilhado, onde toda a sociedade pode usufruir, participando e produzindo relações sociais. Esse é um dos principais argumentos utilizados pelos movimentos de resistência. As lutas por esse espaço compartilhado e um espaço para todos refletem uma **lógica política**, onde diversos atores políticos tentam gerar significados para o espaço. A **lógica fantasmática** reflete uma ideologia através de um protagonismo social, integrando diversas demandas e dando voz a sociedade civil. A seguir também é apresentado um quadro com o resumo das lógicas do discurso (Quadro 04).

Quadro 04: Lógicas do Discurso

LÓGICAS DO DISCURSO	SIGNIFICADOS
Social	Espaço compartilhado
Política	A luta de um espaço para todos
Fantasmática	Protagonismo social

Fonte: Elaboração dos autores (2018).

Observa-se que as lógicas do discurso favorecem um conceito de modernidade pautado em grandes construções e elitização do espaço, onde o gaúcho não se sente representado. O social que é um espaço compartilhado vai perdendo seu conceito em lugar de um espaço privado, entretanto por meio da lógica política percebe-se que a luta de um espaço para todos é significado em cada ação contra um projeto que pretende causar gentrificação social onde existe a busca por um protagonismo social.

5. Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo compreender os discursos sobre a utilização e gestão do espaço público no que diz respeito a projetos de requalificação de centros históricos em uma das maiores metrópoles brasileiras, a cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Diante do exposto, foi percebido que os vários discursos tentam articular um conceito de cidade que integre a metrópole com a concorrência intercidades. Os discursos se pautam em compreender que os conflitos em torno do espaço público visam reintegrar à cidade ao

planejamento moderno através de uma gestão eficiente, entretanto, essa reintegração contradiz a identidade cultural do lugar e reforça mais uma lógica de mercado e empresariamento urbano.

Percebe-se as frentes de batalha perante a um projeto que pretende gerar uma nova vivência para a população de Porto Alegre, entretanto as críticas se pautam em como essa vivência é percebida pela população e como é possível a requalificação dessa maneira que foi proposta. Nesse momento, algumas questões são levantadas para problematizar os resultados da pesquisa: Primeiro, o que levou ao questionamento de que aquele projeto de requalificação não contemplava a identidade local? Como a cidade de Porto Alegre se desenvolveu a partir de uma lógica moderna de planejamento urbano, seus projetos de intervenções urbanas também seguem essa lógica e perpetua significados hegemônicos sobre o uso de espaço. Se a requalificação não é consenso para todas as demandas, então o projeto se mostra como inadequado e espera-se que a sociedade seja uma voz protagonista na participação e no planejamento urbano.

Harvey (2005) tece suas críticas a esse modelo de desenvolvimento, onde o capital financeiro é o principal beneficiado. Foucault (2008) também fala um pouco dessa questão, fazendo provocações em torno da relação poder-espaço. Para o autor, o controle dos fluxos e da circulação visa também o controle da própria população, trazendo à tona que o poder não emana apenas de uma classe social, o poder está em todo o lugar. Como por exemplo, o poder em forma de resistência (FOUCAULT, 2008).

Para Foucault (1995) toda a estrutura social é marcada por inúmeras relações de poder, que não se situa em um único aparelho como o Estado, mas que estão em toda teia social e que consequentemente permeia as práticas cotidianas. Percebe-se que o conceito de poder abordado pelo autor está sempre em fluxo, ou seja, ele se dá a partir das relações sociais e os discursos produzidos em dada sociedade.

Portanto, o que foi apresentado e debatido nesse trabalho realça uma discussão sobre essa reintegração moderna através do paradigma da modernidade em uma lógica de mercado, sendo justificada pelos discursos do capital, problematizando o próprio conceito de integração. Isso significa que a reintegração no discurso hegemônico ainda se pauta em um modelo de planejamento urbano baseado nos pressupostos do positivismo e economicista, sem refletir sobre as relações sociais inerentes a cada realidade.

Referências

ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARCELLOS, R.; DELLAGNELO, E. **O surgimento do Circuito Fora do Eixo sob a ótica da Teoria Política do Discurso: uma reflexão**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2012, São Paulo. Anais. Enapegs. São Paulo: RIGS, 2012.

BOTELHO, T. R. **Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís**. EURE (Santiago), v. 31, n. 93, p. 53-71, 2005.

CARLOS, A. F. A. **Da “organização à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico**. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1 ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

CORDEIRO, A. T.; MELLO, S. C. B. **Teoria do discurso laclauiana: uma mediação entre teoria crítica e prática política.** Anais do Encontro Nacional da Anpad, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

CUNHA, M. L. S. O. **A intervenção na cidade existente.** Millenium internet, Portugal, n.13, jan. 1999.

DEL RIO, V. **Revitalização de Centros Urbanos: o novo paradigma de desenvolvimento e seu modelo urbanístico.** In: Revista Pós – revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo. FAUSP, dez. 1993.

FIORAVANTI, L. M. **Reflexões sobre o “Direito à Cidade” em Henri Lefebvre: obstáculos e superações.** Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, v. 2, n. 2, p. 173-184, 2013.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

GEHL, J. **Cidade para Pessoas.** 2.ed. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GLYNOS, J.; HOWARTH, D. **Logics of critical explanation.** Abingdon: Routledge, 2007.

GLYNOS, J.; KLIMECKI, R.; WILLMOTT, H. **Logics in policy and practice: a critical nodal analysis of the UK banking reform process.** Critical Policy Studies, 171(June 2015), 1–23, 2015.

GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo.** São Paulo, Contexto, 1990.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural – 23ª.** Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HOWARTH, D.; GLYNOS, J.; GRIGGS, S. **Discourse, explanation and critique.** Critical Policy Studies, 10(1), 99–104., 2016.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical.** Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. E Aécio Amaral – São Paulo: intermeios; Brasília, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** Centauro Editora, 2008.

MENDONÇA, D. **A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira.** Ciências Sociais Unisinos, v. 43, n. 3, p. 249-258, 2007.

OLIVEIRA, G.; OLIVEIRA, A.; MESQUITA, R. **A teoria do discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em Educação.** Educação e Realidade, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, 2013.

SILVA, C. C. G.; BATISTA, M. M.; MELLO, S. C. B. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe. *In:* MELLO, S. C. B. (Org.). **Construção Social da Tecnologia e Teoria do Discurso.** 1 ed. Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVA, H. A. **Revitalização urbana de centros históricos: uma revisão de contextos e propostas: a Ribeira como estudo de caso.** Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O Autor, 2002.

SIMÕES JÚNIOR, J. G. **Revitalização de centros urbanos.** São Paulo: Publicações Pólis, 1994.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. *In:* _____. (Org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados.** 2. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2009.

VIEIRA, O. A. D. **A revitalização do Cais Mauá - por uma outra possibilidade.** Revista ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade, v. 4, n. 1, 2012.